

# TRINTA ANOS DE UNIVERSIDADE NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

**ALGUMAS PERGUNTAS AO REITOR DA  
UNIVERSIDADE DA MADEIRA**

Por **Helena Rebelo** e **Maria Teresa Nascimento**





PROFESSOR DOUTOR JOSÉ CARMO

***P***ara quem não o conheça, já que a revista tem divulgação nacional, pode apresentar-se, sumariamente, enquanto Reitor da Universidade da Madeira (UMa): a sua área de formação, início da carreira, entre outras informações que considere pertinentes?

Licenciei-me em Matemática, no ramo Estatística e Computação, pela Faculdade de Ciências de Lisboa, em 1978; doutorei-me em Matemática, no Instituto Superior Técnico, em 1988 e fiz a minha Agregação em Matemática, igualmente no Instituto Superior Técnico, em 1996.

Comecei a minha carreira académica, em 1978, na Faculdade de Ciências de Lisboa, como Assistente; ingressei no Instituto Superior Técnico em 1987, tendo passado a Professor Auxiliar em 1988, com a realização do meu doutoramento; ainda no Instituto Superior Técnico, acedi à categoria de Professor Associado em 1992 e obtive a nomeação definitiva em 1997. Comecei a colaborar com a Universidade da Madeira em 1992, tendo-me transferido para a mesma em abril de 2000, ainda como Professor Associado. Passei a Professor Catedrático em outubro de 2000.

A minha área científica é a da Matemática (Lógica e Ciência da Computação). A minha investigação desenvolveu-se, essencialmente,

no domínio das lógicas modais (com ênfase nas lógicas de ação, nas lógicas deonticas e nas lógicas temporais) e as suas aplicações em Ciência da Computação, nomeadamente no âmbito da representação de conhecimentos jurídico e na especificação de organizações e outros sistemas normativos.

***Vai no segundo mandato de Reitor da mais jovem universidade portuguesa. Que legado gostaria de deixar à UMa? Na sua opinião, dois mandatos são suficientes para desenvolver uma universidade, mesmo se está instalada numa região periférica?***

O desenvolvimento de uma universidade é um processo contínuo, com altos e baixos, para o qual dois mandatos não serão nunca suficientes. No entanto, mais do que dois mandatos de um mesmo reitor seriam, certamente, demais (mesmo que fossem legalmente possíveis).

Num quadro extremamente difícil, nomeadamente por razões financeiras, procurámos consolidar o que existia, reforçando a nossa implantação na sociedade madeirense e o nosso papel como um ator fundamental no desenvolvimento social, cultural e económico da Região. Por um lado, definimos como apostas estratégicas o desenvolvimento na Universidade da Madeira da área do Turismo (a nível da formação e da investigação) e da área da Saúde (com o objetivo de consolidar e estender a três anos o ciclo básico de Medicina, em colaboração com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e os serviços de saúde da Região, o SESARAM). Por outro lado, em paralelo com o ensino universitário que nos caracteriza, iniciámos a oferta de cursos técnicos superiores profissionais e o desenvolvimento do ensino politécnico, em outras áreas além da Enfermagem. Procurámos, assim, dar resposta a essas apostas estratégicas, quer do Governo da República, quer do Governo Regional, e aumentar a captação de estudantes para o ensino superior.

Se conseguirmos isto, a par do reforço da investigação científica e da participação em projetos, bem como da nossa internacionalização e de uma maior captação de estudantes internacionais, sentiria que este esforço



**MARIA TERESA NASCIMENTO**

UNIVERSIDADE DA MADEIRA



**HELENA REBELO**

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

teria compensado. O reforço, indispensável, do nosso financiamento, a modernização da estrutura administrativa, o desenvolvimento das competências digitais e o alargamento e manutenção das infraestruturas pedagógico-científicas, a par da construção de uma segunda residência universitária, constituem outros objetivos.

**“Sem a UMa,  
haveria milhares de  
Madeirenses que não  
teriam conseguido  
aceder a uma  
formação superior.”**

***O natural anseio de captação de mais estudantes é realista face à real dimensão do edifício em que está sediada a Universidade? É verdade que o Governo Central não investiu um cêntimo nas instalações que a Universidade ocupa?***

A UMa dispõe das seguintes instalações:

- O **Campus da Penteada** (de 1996), o polo científico-pedagógico onde funcionam as aulas e onde a generalidade dos docentes tem os seus gabinetes e desenvolve a sua investigação;
- Uma quinta - **Quinta de São Roque** (adquirida em 2001) - com uma excelente vista, a 5 minutos a pé do Campus, que constitui o espaço natural de expansão do polo científico-pedagógico da UMa, onde funcionam atualmente apenas algumas atividades desportivas e lúdicas, bem como atividades ligadas ao ensino da agricultura biológica;
- Um edifício histórico (de 1599) no Centro da Cidade (o **Colégio dos Jesuítas**), onde funciona a Reitoria e certos serviços, e que desempenha um papel fundamental na ligação da Universidade à cidade, através da realização aí de múltiplas iniciativas, científicas, artísticas e culturais;
- Um outro edifício no Funchal, onde funcionou o antigo **ISAD** (Instituto Superior de Arte e Design, que foi incorporado na UMa em 1996) e que necessita de ser reabilitado;
- **Uma Residência Universitária** (de 2009) junto à zona velha da cidade, com **208** camas e que já é pequena face à atual procura.

Destas infraestruturas, apenas a Quinta

de São Roque, o edifício do ex-ISAD e a residência universitária são posse da UMa.

O edifício do Campus da Penteada foi construído pela Região, recorrendo também a fundos comunitários. Este edifício, tal como o edifício do Colégio dos Jesuítas, são posse da Região que os cede, a título provisório, à Universidade.

A Quinta de São Roque foi adquirida com as receitas próprias da Universidade e o edifício do ex-ISAD fazia parte do património do Instituto Superior de Arte e Design, passando para a Universidade com a integração daquele na mesma.

**A residência universitária constitui a única infraestrutura que foi suportada pelo Governo da República.**

A Universidade necessita de alargar o seu espaço pedagógico, por forma a poder ampliar a sua oferta formativa e captar mais estudantes. Constitui nosso objetivo construir uma infraestrutura pedagógico-científica na Quinta de São Roque, onde seria instalado o ensino politécnico, o que permitiria dar resposta a uma exigência da A3ES (no sentido de que “As atividades científicas e pedagógicas das unidades orgânicas de cariz politécnico terão que funcionar fundamentalmente em espaços próprios”) e libertar espaço no Campus da Penteada.

Uma vez que a UMa não teve acesso aos programas de financiamento de construção de infraestruturas para a lecionação dos cursos técnicos superiores profissionais, a Universidade não se encontra em condições de conseguir suportar a construção dessa infraestrutura, pelo que esta **terá de ser financiada ou pelo Governo da República, que ainda só financiou a construção da residência, ou pelo Governo Regional.**

A UMa gostaria igualmente de dispor de uma segunda residência para facilitar a atração de estudantes do exterior da Região, bem como para apoiar os estudantes da Região de zonas mais afastadas do Funchal. ▶

O local ideal para essa residência seria a Quinta de São Roque, o que permitiria, adicionalmente, dar “vida” e dinamizar aquela zona da cidade.

***A UMA celebra 30 anos. Tendo passado, há muito, pela maioridade, possui maturidade. Enquanto representante da Instituição, que presente(s) gostaria de receber? Parece-lhe que vai receber algum, por exemplo da Tutela? A revisão do financiamento, com o aumento de verbas, seria um presente possível?***

Mais do que um presente possível, é uma necessidade absoluta, que a própria Assembleia da República acaba por reconhecer, no seu artigo 72.º da LOE 2019. Até ao final da sessão legislativa, o Governo deverá promover os es-

parcerias a nível da formação, além de imporem custos acrescidos, em deslocações e estadias, o que as impede de poderem responder à multiplicidade de solicitações que recebem para eventos e reuniões, seja a nível institucional, seja no âmbito da atividade académica e científica. Por outro lado, a maior fragilidade das economias regionais pesa igualmente na atividade das suas universidades, repercutindo-se, nomeadamente, em maiores despesas relacionadas com a aquisição de bens e serviços, além de uma menor aposta do tecido económico local na investigação e no desenvolvimento, comparativamente com a capital e outros grandes centros económicos do Continente.

Finalmente, existe um conjunto de programas operacionais a que as universidades das regiões autónomas não têm tido acesso,

***“ a UMA deverá, igualmente, projetar a sua imagem diferenciadora, desenvolvendo atividades em torno de características distintivas da Região, ou estratégicas para esta”***

tudos necessários, com vista à majoração do financiamento das instituições públicas de ensino superior das regiões autónomas, para compensar os sobrecustos da insularidade e da ultraperiferia, contribuindo para o reforço da coesão territorial, a fim de os apresentar à Assembleia da República.

O reduzido número de estudantes das universidades das regiões autónomas, que tem certamente a ver com a situação insular e ultraperiférica, impede economias de escala, ao nível da docência e da administração, e tem um imediato impacto profundo no seu orçamento, assim como no consequente reduzido número de docentes, investigadores e pessoal não docente destas instituições, o que limita a capacidade de alargamento da oferta formativa e a captação de recursos financeiros através de projetos e de prestações de serviço.

As universidades insulares distam mais de 900km das suas congéneres do Continente, dificultando e encarecendo, por um lado,

ao contrário das instituições de ensino superior do Continente, e que são fundamentais para o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade, como, por exemplo, os relativos ao apoio à internacionalização e à modernização administrativa.

***É necessário alterar esta situação e efetuar uma majoração do financiamento das instituições públicas de ensino superior das regiões autónomas, permitindo compensá-las dos efeitos e dos demais sobrecustos da insularidade e da ultraperiferia, de modo a contribuir para o reforço da coesão nacional e a assegurar-lhes as condições financeiras mínimas para permitir que estas desempenhem o seu papel de motor do desenvolvimento social, cultural e económico das regiões onde se inserem.***

A necessidade de apoios, incentivos e majorações do cofinanciamento às regiões ultraperiféricas é reconhecida e aplicada pela União Europeia. O Estado Português reconhece o

mesmo e, no âmbito da Lei das Finanças Regionais, adiciona às transferências anuais, iniciais, para as regiões autónomas, uma segunda componente, a título de fundo de coesão, que corresponde a uma percentagem do valor dessas transferências, determinada em função do PIB. O que há que fazer é aplicar princípios similares também ao ensino superior.

***Que balanço faz destes 30 anos em número de cursos, estudantes, docentes, etc.? O que tem a UMa que a torna diferente das restantes Universidades?***

Faço um balanço extremamente positivo destes 30 anos. Se, no início, a Universidade da Madeira era olhada com alguma desconfiança por certas camadas da população, hoje ela é vista pela generalidade dos Madeirenses, pelas empresas e pelos órgãos de governação como uma instituição de qualidade que é indispensável à Região e ao seu desenvolvimento.

**Sem a UMa, haveria milhares de Madeirenses que não teriam conseguido aceder a uma formação superior.** Porém, além desse grande impacto social, a Universidade desempenha um papel importantíssimo, quer na atividade cultural e na divulgação da ciência e da cultura, através da promoção de múltiplos eventos, locais, nacionais e internacionais; quer na atividade económica da Região: seja através da transferência de conhecimento para as empresas e outras entidades, por meio de parcerias, projetos e prestações de serviço, seja pelo seu papel na atração para a RAM de empresas e capital humano qualificado, na formação dos quadros superiores de que a Região necessita e na formação ao longo da vida, seja, mesmo, através do seu impacto direto na atividade económica da Região e da sua capital, o Funchal, pela derrama anual nestas de dezenas de milhões de euros, decorrentes da sua atividade e da dos seus docentes, funcionários e alunos. Só em IRS a Universidade entrega, anualmente, à Autoridade Tributária, perto de três milhões de euros, que revertem para a RAM, a que há a crescer o decorrente do pagamento do IVA. Aos cerca de dezanove milhões de euros de despesa anual da UMa, juntam-se mais de treze milhões de euros que os seus estudantes gastam

anualmente e que, caso não existisse a UMa, seriam maioritariamente despendidos no exterior, contribuindo para a vida e a economia de outras localidades, e não para a economia da Região Autónoma da Madeira.

Alguns dos fatores que condicionam a UMa, como a sua situação insular e ultraperiférica, e a sua pequena dimensão, em número de alunos, constituem também aspetos que a diferenciam e que podem ser importantes mais-valias. Na realidade: (i) a dimensão da UMa favorece a integração dos estudantes, em especial dos oriundos do exterior, e uma maior aproximação entre docentes, discentes e funcionários, fundamental para a constituição de uma sã comunidade universitária; (ii) a proximidade entre os docentes das diferentes áreas, usando o mesmo espaço, facilita os contactos e a investigação interdisciplinar, bem como a partilha de recursos e as ofertas formativas multidisciplinares; (iii) a localização na ilha da Madeira, mais precisamente no Funchal, destino conhecido pela sua beleza, biodiversidade, clima, segurança e qualidade de vida, onde a generalidade das pessoas gosta de vir e estar, constitui uma fonte de atração de docentes, cientistas e outras personalidades, não só para a realização de eventos culturais e científicos, mas também para a efetivação de parcerias e programas de intercâmbio e investigação, bem como um potencial para a captação de estudantes de fora da RAM.

Em termos de oferta formativa, defendemos que, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento equilibrado da Região, com formação de quadros nas diversas áreas, e para poder dar resposta às aspirações e aptidões diversas dos seus cidadãos, a UMa deve continuar a oferecer cursos nas principais áreas do saber, nomeadamente no que respeita aos ciclos de estudos de formação inicial. A UMa não deve deixar de disponibilizar licenciaturas em áreas como Artes, Ciências, Ciências Sociais, Engenharias, Humanidades ou Saúde, embora, naturalmente, pelos seus custos, de forma seletiva.

No entanto, sem prejuízo dessa indispensável manutenção da formação mais geral, transversal, **a UMa deverá, igualmente, projetar a sua imagem diferenciadora,**

desenvolvendo atividades em torno de características distintivas da Região, ou estratégicas para esta, como, por exemplo: a sua situação insular e arquipelágica; a área dos transportes e das acessibilidades; a energia e as alterações climáticas; a existência do Centro Internacional de Negócios da Madeira; o domínio agroalimentar; a conservação da natureza e da biodiversidade; o mar e a economia azul; o turismo, a cultura e o património; a saúde, o bem-estar e o envelhecimento saudável ou as tecnologias da informação e comunicação. Em particular, o desenvolvimento das competências digitais e o reforço das atividades de formação, investigação e valorização do conhecimento nas áreas do Turismo e da Saúde são considerados prioritários.

Por fim, gostaria de referir que temos feito um esforço enorme no sentido de aumentarmos o número de bolsas disponíveis para que os estudantes possam sair, durante um semestre ou um ano, em mobilidade, não só por tal permitir o seu contacto com outros jovens, culturas e modos de vida, mas também por lhes proporcionar o conhecimento de outras instituições e sistemas de ensino, concorrendo, desse modo, igualmente, para o reforço da confiança dos estudantes em si próprios e na qualidade da formação que aqui recebem, por confronto com a que têm nessas outras instituições. Na realidade, o número de bolsas Erasmus disponíveis para os nossos estudantes saírem (para estudos ou estágios) passou de 38 em 2016-2017 para 73 em 2017-2018 e 111 em 2018-2019, prevendo-se 162 em 2019-2020. O número de bolsas disponíveis para os nossos docentes e funcionários não docentes poderem usufruir de uma mobilidade cresceu igualmente, indo de, respetivamente, 4 e 1, em 2016-2017, para 32 e 16, em 2019-2020.

***O Ministro do Ensino Superior veio justificar que não defendeu o fim das propinas no Ensino Superior, uma vez que em declarações, por exemplo, ao EXPRESSO, explicou que, tendencialmente, o Ensino Superior deveria corresponder ao ensino obrigatório e que isso implicaria um ajuste. Há quem defenda o contrário, isto é, que***

***“Se a eliminação das propinas do 1.º ciclo for efetuada à custa do aumento das propinas dos 2.º ciclos de estudos (mestrados), ou mantendo o subfinanciamento das Instituições do Ensino Superior, então sou contra a eliminação das propinas dos 1.º ciclos de estudos (licenciaturas).”***

*não é para todos. Qual é a sua visão sobre o assunto?*

A minha posição relativamente à eliminação das propinas do 1.º ciclo depende das disponibilidades orçamentais do Estado e do modelo de financiamento alternativo que venha a ser concebido. **Se a eliminação das propinas do 1.º ciclo for efetuada à custa do aumento das propinas dos 2.º ciclos de estudos (mestrados), ou mantendo o subfinanciamento das Instituições do Ensino Superior, então sou contra a eliminação das propinas dos 1.º ciclos de estudos (licenciaturas).**

Se o Estado se encontrar numa situação de tal desafio financeiro que permita aumentar substancialmente o financiamento das Instituições do Ensino Superior, além de cobrir a perda de receitas decorrente da eliminação das propinas, então poder-se-á equacionar se uma eventual eliminação, ou redução das propinas, será um fator relevante para esse grande objetivo nacional de qualificar mais pessoas com formação superior. Infelizmente, não me parece que seja essa a situação atual, uma vez que o Governo até nem tem compensado suficientemente as Instituições do Ensino Superior pela introdução de diversas medidas legislativas com impacto financeiro, ao contrário do que estava acordado no contrato celebrado entre o Governo e as Universidades. Uma coisa é certa, as Instituições do Ensino Superior não podem prescindir das receitas que lhes advêm das propinas, dado o peso que estas têm nas suas receitas. Na minha opinião, na atual situação, existindo folga



**Colégio Dos Jesuítas**

do OE, para facilitar o acesso ao ensino Superior, seria preferível aumentar o número de estudantes abrangidos pela Ação Social (cujas propinas são pagas pelo Estado), bem como os valores das bolsas, e reforçar o investimento na construção e/ou na reabilitação de edifícios para residências universitárias.

*Sendo da área da Matemática, que papel atribui às Artes e Humanidades, às Ciências Sociais, ou seja, às outras áreas? Qual a que tem maior peso na UMa? Como o explica? Qual pretendia ver desenvolvida? Porquê?*

Como referi atrás, entendo que, sem prejuízo de uma aposta em formações que a diferenciem das suas congéneres, a UMa deve continuar a oferecer cursos nas principais áreas do saber. Não só tal é importante para o desenvolvimento equilibrado da Região e para poder dar resposta às aspirações e aptidões diversas dos seus cidadãos, como cada vez mais a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade são fundamentais na formação dos cidadãos e na investigação e inovação.

Neste momento, o peso na UMa, em termos de recursos docentes, da Faculdade de Artes e Humanidades e da Faculdade de Ciências Sociais é quase igual. Não pretendo que se desenvolva mais uma do que outra, mas ambas, até porque, cada vez mais, vamos assistir a projetos multidisciplinares. Por exemplo, **é de esperar que haja um**

**reforço do papel da cultura e do património no âmbito das atividades turísticas, mas essas áreas vão aí articular-se com conhecimentos e ações de muitas outras áreas, incluindo, por exemplo, as de gestão, biodiversidade, lazer e desporto, informática, saúde, etc.**

*A UMa congrega, nas suas instalações, tanto a dimensão universitária como a do politécnico. Face à realidade portuguesa e internacional, neste momento, qual das duas tem maior potencial para crescer? Pensa que se deve privilegiar uma tendência mais técnica ou mais teórica do ensino?*

Depende do nível de ensino que estamos a considerar. A nível de formação inicial, **penso que a dimensão politécnica tem maior potencial para crescer** (nomeadamente através dos cursos técnicos superiores profissionais), uma vez que existe uma componente muito significativa de estudantes que termina o ensino secundário e não está a seguir para o ensino superior. Estes jovens poderão ser atraídos por um ensino de características mais viradas para a prática, de carácter politécnico. A nível de formação avançada, neste momento, há ainda espaço para um maior crescimento da UMa no ensino universitário, onde já dispõe de um corpo docente consolidado em várias áreas.





Por um lado, **o privilegiar de uma tendência mais técnica ou mais teórica do ensino depende das áreas e do nível de formação, e, por vezes, é uma falsa questão.** Todos precisam de saber fazer, bem como de conhecer os suportes teóricos dos métodos, técnicas e tecnologias. Conforme o tipo de formação, haverá uma ênfase maior na componente conceptual ou na componente prática. Às vezes, a questão é mais por onde se começa, se da teoria para a prática ou se desta para a sua fundamentação. Agora, não há dúvida de que são fundamentais exemplos, ilustrações e aplicações da teoria. Os estudantes têm de aprender a fazer e não ser apenas sujeitos passivos: ninguém gosta daquilo que não percebe e não consegue fazer. Por outro lado, há um debate e uma aprendizagem que as instituições do ensino superior terão de prosseguir que é a de como tirar partido das amplas transformações digitais que estão a ocorrer, no âmbito do processo do ensino-aprendizagem, tornando este mais apelativo e eficaz.

***Sendo Reitor numa instituição em que coabitam num mesmo edifício, o Ensino Universitário e o Politécnico que partilham salas e corredores, e até recursos humanos, como encara o desejo de muitos, relativamente a uma unificação das duas carreiras?***

Neste momento, há algum consenso na sociedade portuguesa de que devem existir dois

sistemas de ensino, o universitário e o politécnico, com objetivos distintos. Nesse sentido, **penso que poderá haver vantagens em manter dois estatutos igualmente distintos, de modo a poder atender às particularidades de cada um dos sistemas de ensino.**

Mas esta minha apreciação não envolve qualquer juízo de valor sobre a importância relativa de cada um dos sistemas de ensino e carreiras. Ambas são igualmente importantes e faz todo o sentido que possam existir interações entre os dois sistemas de ensino, seja na partilha de professores, ao nível da docência e em investigação conjunta, seja ao nível dos alunos, com a possibilidade de existência de vasos comunicantes que permitam que os alunos possam transitar de um sistema para outro, debaixo de certas condições, quando o desejem. E, naturalmente, na minha opinião, faz todo o sentido que os alunos dos dois sistemas possam partilhar infraestruturas e recursos, como bibliotecas, cantina, salas de aula e salas de estudo, etc., por razões de economia de recursos e por razões de são convívio e de potenciação de projetos comuns.

***Temos ouvido falar dos “Precários”, sobretudo dos bolseiros que são investigadores e não conseguem entrar na carreira, tendo vínculos precários. Que ponto da situação faz para a UMA destes colegas?***

Em certas carreiras, muito competitivas, mas também apelativas, pelo tipo de trabalho que



se desenvolve, existirá, certamente, sempre alguma precariedade. Contudo, é naturalmente desejável que essa precariedade não se prolongue indefinidamente e que seja acompanhada de segurança a nível social (ligada à saúde, à reforma, etc.). Agora, **terão de existir condições, nomeadamente financeiras, que suportem a abertura de lugares de carreira para investigadores na Universidade, e haverá que regulamentar melhor, internamente, o seu serviço e a sua avaliação**, incluindo a sua eventual ligação à docência. Não se pode continuar a impor às Instituições cada vez mais exigências (mesmo que concordemos com a maioria delas), sem lhes assegurar as condições que as viabilizem.

*Parece-lhe uma boa solução a recente medida dos concursos internos? E a escolha das áreas a concurso não lhe parece eivada de alguma arbitrariedade, designadamente quando as unidades orgânicas, através dos seus Conselhos Científicos, maioritariamente constituídos por professores auxiliares nem chegam a ser ouvidos nesta matéria?*

**Sim, concordo com a recente medida, tomada no Decreto de Execução Orçamental de 2019, de permitir a existência de concursos internos, debaixo de certas condições.**

Em primeiro lugar, porque ela vem no sentido de viabilizar uma das exigências com

que as Instituições de Ensino Superior se encontram confrontadas: a de existirem pelo menos 50% de professores associados ou catedráticos no conjunto dos professores da carreira universitária.

Em segundo lugar, porque existe um grande número de colegas com currículos de qualidade, que se encontram há anos impossibilitados de progredir na carreira, por as universidades abrirem um número muito reduzido de concursos, em virtude dos elevados custos financeiros associados, caso estes sejam ganhos por candidatos externos.

É fundamental, contudo, que os concursos internos sejam sujeitos aos mesmos critérios de qualidade que os concursos internacionais, para acesso às categorias de associado e catedrático, previstos no ECDU; e que as universidades continuem a abrir concursos internacionais, nas áreas em que precisem ou se encontrem em condições de suportar a contratação de um novo recurso docente.

Em relação à questão colocada relacionada com a arbitrariedade envolvida na determinação da escolha das áreas a concurso, considero que os professores auxiliares não devem participar nessa decisão, por serem parte interessada. **Na minha opinião o que é fundamental é que se encontrem alguns critérios que sustentem a decisão a tomar, na certeza de que, seja qual for a escolha tomada, ela será sempre alvo de críticas e contestada por alguns.**

*Vê com bons olhos o sindicalismo universitário? Como classificaria as relações que a UMa tem mantido com os sindicatos?*

Julgo que as relações que a UMa tem mantido com os sindicatos são as normais relações de cordialidade, sabendo que as missões de ambos são distintas e que, por vezes, até conflituam. No entanto, têm, ou devem ter, os mesmos objetivos, centrando-se na defesa do ensino superior, das suas instituições e do pessoal que as suporta, docente e não docente. •